

Feminismo, PCB e o debate sobre trabalho doméstico entre as décadas de 1940 e 1960: relações intragênero e as dimensões de raça/classe

Feminism, PCB and the debate on domestic work between the 1940s and 1960s: intra-gender relations and the dimensions of race/class

Iracéli da Cruz Alves*

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar o debate sobre trabalho doméstico e direitos para trabalhadoras domésticas promovido por mulheres ligadas ao PCB entre as décadas de 1940 e 1960. Orientado por demandas colocadas pelas próprias trabalhadoras e por discussões que vinham sendo travadas internacionalmente, o movimento mobilizou problematizações que foram além do mundo do trabalho e do plano jurídico na medida em que desnaturalizou ideias enraizadas de que o trabalho doméstico e a gestão do cotidiano familiar eram “coisas de mulher”. Nesse sentido, pensou alternativas para “libertar” as mulheres do que chamou de “escravidão doméstica”.

Palavras-chave: Feminismo; PCB; trabalho doméstico.

Abstract: The article aims to analyze the debate on domestic work and rights for domestic workers promoted by women linked to the PCB between the 1940s and 1960s. Guided by demands made by working women themselves and by discussions that were being held internationally, the movement mobilized problematizations that went beyond the world of work and the legal sphere insofar as it denatured rooted ideas that domestic work and the management of family daily life were “women’s things”. In this sense, he thought of alternatives to “free” women from what he called “domestic slavery”.

Keywords: Feminism; PCB; Housework.

* Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: iracelli_alves@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0331-4913>.

Bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões de empregados, de agentes do capital, do Estado, do Exército, das instituições culturais, artísticas e científicas não poderiam ocupar seus escritórios, comer em refeitórios, realizar reuniões, tomar decisões em espaços asseados onde lixeiras, mesas, cadeiras, poltronas, pisos, banheiros, restaurantes foram limpos e postos à sua disposição. [...] Sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos.¹

SEGUNDA-FEIRA, 23 de maio de 1949. Um conjunto de mulheres de vários estados do Brasil se reuniu na Conferência Nacional Feminina, evento realizado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O objetivo principal era debater os problemas de ordem política, jurídica e social que, em diferentes graus, impactavam a vida das mulheres de várias regiões do Brasil, entre os quais, a ausência de direitos para as trabalhadoras domésticas remuneradas.²

A Conferência Nacional Feminina durou até o dia seguinte e agregou mulheres de diferentes estados, como Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. O debate sobre inexistência de direitos trabalhistas para a categoria de trabalhadoras domésticas vinculava-se ao eixo temático “direitos da mulher”, um dos três eixos considerados centrais nas discussões, que agregou mais dois, quais sejam, infância e juventude, e paz mundial/alto custo de vida. Interligando todos os problemas, as participantes entenderam que era fundamental a construção de um “movimento feminino” forte e unificado em torno de uma federação nacional: a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), fundada na conferência em tela.

Resultado de uma ampla articulação nacional de mulheres organizada em sintonia com o então Partido Comunista do Brasil (PCB), desde, pelo menos, 1945; e internacional junto à Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM)³, o programa da FMB defendeu a necessidade de fazer valer a aplicação, em todo o país, da lei que previa a igualdade salarial, sem distinção de sexo, para pessoas que desempenhassem a mesma função e em iguais

1 VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. Edição do Kindle, p. 16-17.

2 Optei por utilizar a expressão trabalhadoras domésticas remuneradas no lugar de empregadas domésticas porque, no Brasil, a partir da década de 1980, o uso do termo “trabalhadora” foi intensificado pelo movimento dessas trabalhadoras com o objetivo de fortalecer a luta pelo enquadramento profissional da categoria. A expressão “empregada”, segundo parte delas, leva ao não reconhecimento profissional, ao passo que “trabalhadora” opera positivamente remetendo à luta pela regulamentação jurídica da profissão. Já o termo “remunerada” foi incluído por mim com a finalidade de destacar que mulheres que realizam trabalho doméstico gratuito, a exemplo das donas de casa, devem ser pensadas como trabalhadoras e, por isso, se tornarem assalariadas. A partir de Silvia Federici e dos pressupostos da teoria da reprodução social, entendo que, de forma geral – remunerado ou não –, o trabalho doméstico é um fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo. BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2015. p. 29; FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019. p. 23.

3 Fundada em novembro de 1945, em Paris, no seio das lutas antifascistas de mulheres espalhadas em várias partes do mundo, a FDIM era marcadamente influenciada pelo comunismo, embora se apresentasse como ideologicamente eclética. MACEDO, E. D. V. **Ordem na casa e vamos à luta! Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964**. Lydia da Cunha – uma militante. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001. p. 146.

condições; pautou a criação de dispositivos legais que impedissem que as mulheres fossem dispensadas do trabalho quando casassem, noivassem ou engravidassem, prática comum à época; sugeriu que elas se organizassem em campanhas para fazer valer a assistência aos filhos das trabalhadoras mediante a criação de lactários, creches, escolas maternais etc. em todos os estados e que atendessem todas as trabalhadoras, inclusive as domésticas, procurando levar realmente essa assistência à zona rural; e pleiteou a fixação de direitos e deveres que regulassem a relação de trabalhadoras domésticas e suas patroas.⁴

Em linhas gerais, essa movimentação política de mulheres ligadas ao PCB estabeleceu como central a defesa dos direitos das mulheres da classe trabalhadora. Embora dirigido por mulheres brancas das camadas médias⁵ – a maioria profissionais liberais –, o movimento contou com a presença de mulheres de diversas categoriais profissionais, entre as quais, empregadas domésticas, a exemplo de Maria Benedita Cruz. Próxima ao PCB, em 1947, ela candidatou-se ao cargo de vereadora nas eleições para o Legislativo municipal na cidade de Santos, São Paulo, pelo Partido Social Trabalhista (PST).⁶ Lourdes Benaim foi outra empregada doméstica ligada ao PCB. Em 1954, no IV Congresso do partido, foi eleita para compor o Comitê Central (CC), órgão máximo da direção partidária. No mesmo ano, Olga Maranhão, empregada doméstica do Rio de Janeiro, também compôs o CC – como suplente.⁷

Seria interessantíssimo uma investigação sobre a atuação de cada uma delas tanto no partido quanto no movimento de mulheres trabalhadoras. No entanto, ainda não disponho de informações sistematizadas que lancem luz sobre suas trajetórias, o que não significa evidência de ausência. Ao contrário, há indícios – ainda que fragmentários – que nos convidam à pesquisa, que certamente farei em outro momento. Por ora, o objetivo do artigo é somente analisar o debate sobre trabalho doméstico e direitos para trabalhadoras domésticas promovido pelo movimento feminista de orientação comunista entre as décadas de 1940 e 1960; movimento do qual as trabalhadoras domésticas foram parte. Ainda que, no momento, não seja possível analisar mais precisamente a dimensão dessa participação, bem como as prováveis tensões e contradições em torno dela, podemos imaginar com algum grau de previsibilidade que a presença das trabalhadoras domésticas foi fundamental para que a Federação de Mulheres do Brasil incluísse em seu programa a defesa dos seus direitos.

4 NOSSO Congresso. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 60, p. 3, 30 jun. 1949; RESOLUÇÕES do Congresso Nacional Feminino. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 61, p. 4, 30 ago. 1949; CONFERÊNCIA Nacional Feminina. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 59, p. 4, 20 maio 1949;

5 Eram majoritariamente brancas as mulheres que compuseram a direção das organizações, como o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC), o jornal *Momento Feminino* e a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Cf. ALVES, Iracéli da Cruz. **Feminismo entre ondas**: mulheres, PCB e política no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020, passim.

6 Prontuário 5610 (Elemento Comunista – candidata a vereadora pela legenda do PST (comunista) nas eleições de 9 de novembro de 1947). Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo: DEOPS/SP, Arquivo Geral e DOPS, Santos. DOPSSANTOS4317; A PRÓXIMA vitória eleitoral em São Paulo. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 14, p. 16, 24 out. 1947.

7 VINHAS, Moisés. **O partido**: a luta por um partido de massas 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 135-184.

Emprego doméstico: trabalho de fronteira e pacto desigual entre mulheres

O TRABALHO DOMÉSTICO pode ser entendido como o encontro da esfera pública, já que é um trabalho remunerado, com a esfera privada, pois é realizado no domicílio.⁸ Ao exercerem um tipo de atividade de fronteira entre o público e o privado, a categoria sofria privações de direitos ainda maiores quando comparada aos profissionais amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).⁹ Ademais, era um tipo de trabalho classificado como improdutivo. Em 1939, Ozeas Motta, então representante dos empregadores na Câmara de Justiça do Trabalho, afirmou ser contrário ao estabelecimento do salário mínimo para o emprego doméstico sob o argumento de que “o amparo do trabalhador pelas leis sociais” era resultado da “cooperação do trabalho com o capital e o trabalho dos domésticos jamais foi considerado cooperador do capital”.¹⁰ Portanto, não poderiam ser “consideradas proletárias”, afirmou matéria do jornal *A Noite* publicada em um primeiro de abril.¹¹

Concebidas como não trabalhadoras por exercerem um tipo de trabalho supostamente improdutivo do ponto de vista capitalista, as domésticas vivenciavam uma complexa e tensa relação com as patroas. Como bem destacou Solange Sanches, ao mesmo tempo em que essas trabalhadoras realizam tarefas de cuidado em uma esfera privada dos indivíduos e das famílias, esses espaços não se constituem em uma esfera privada para as trabalhadoras. Assim, “de seu ponto de vista, é um local de trabalho no qual as condições adequadas de exercício de suas funções devem necessariamente ser consideradas”.¹²

Salta aos olhos as relações intragênero marcadas, no caso do trabalho doméstico, por um pacto desigual entre mulheres. Como apontou Maria Betânia Ávila, por parte das patroas, há uma tentativa permanente de apropriação da vida pessoal de trabalhadoras domésticas, que é parte da apropriação do seu tempo de trabalho, aspecto que evidencia como ainda estão entranhados na sociedade brasileira “os anseios de disporem de servas como parte de seus domínios”. Nesse sentido, ainda segundo a autora, a construção permanente de uma “ideologia discriminatória e de desvalorização da categoria das trabalhadoras domésticas se faz como forma de encobrir e justificar, de acordo com cada contexto, os nexos de exploração e dominação de classe e gênero próprios dessa relação de trabalho”.¹³ Acrescento a racialização, visto que, no Brasil a maioria das trabalhadoras domésticas tem sido mulheres

8 SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho descente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 879-888, p. 884, set./dez. 2009.

9 BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 11937, 9 ago. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 2 set. 2022.

10 O SALÁRIO mínimo e os empregados domésticos. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 9.793, p. 1 e 3 (edição das 11 horas), 16 maio 1939.

11 NÃO SÃO consideradas proletárias. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 28, n. 9.750, p. 1, 1º abr. 1939.

12 SANCHES, op. cit. p. 884-885.

13 ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 211-227. p. 214.

negras, aspecto que guarda uma relação muito próxima com a lógica escravista,¹⁴ percepção compartilhada pelo jornal *Quilombo*.

Fundado em 1948, no Rio de Janeiro, o periódico era o órgão de comunicação do Teatro Experimental do Negro (TEM). Circulou até 1950 e compõe o vasto material da chamada imprensa negra. Suas páginas abordavam uma variedade de temáticas e funcionaram como espaço de denúncias contra o racismo. O periódico abriu espaço à voz das mulheres negras, destacando-se a coluna “Fala a mulher”, assinada por Maria de Lourdes Valle do Nascimento.¹⁵ Com o título “Precisam-se de escravas”, uma de suas reportagens, publicada em fevereiro de 1950, denunciou a precarização do emprego doméstico. Destacou que, apesar do fim da escravidão dos “homens de cor”, era possível notar “resíduos da escravidão [ainda] incubados na mentalidade de muita gente que se recusa a acompanhar o tempo”.

É este o caso das empregadas domésticas, que vêm interessando alguns jornais do Distrito Federal, que se era de prever, atentando para o passado mais ou menos dedicado às causas do povo de alguns órgãos cariocas, esses nossos companheiros de tiragem diária têm criminosamente apoiado (em parte ou totalmente) os pontos de vista escravocratas, fascistas e decrépitos das “patroas”, [que] reclamam dos serviços das empregadas domésticas. Dizem que não há as ‘antigas boas servidoras’, como quem, recordando os seus avós, dizem: “Ah, a doce escravidão que se foi!”.¹⁶

Esse tipo de “mentalidade” não ficou no passado e vem se reconfigurando em diferentes conjunturas do pós-Abolição. No caso do emprego doméstico, como destacou Maria Betânia Ávila, pesquisas realizadas nas últimas décadas têm demonstrado “a existência de práticas de trabalho nesse campo que guardam ainda, e a despeito de leis em vigor, relações de exploração e dominação próprios de um sistema de servidão”.¹⁷ É um tipo de emprego que apresenta problemas persistentes. Apesar de viverem dentro das casas com as famílias, as trabalhadoras dificilmente são tratadas como parte dela. Dormem em quartos de depósito e sem ventilação, muitas vezes não têm permissão de, durante as refeições, sentar-se à mesa ou mesmo comer o mesmo tipo de comida. Além disso, sofrem com a falta de privacidade e com dilemas pessoais, como saudade da família, círculo social reduzido e/ou controlado e falta de espaço e tempo para afetividade. Também enfrentam dificuldades com o trabalho em si. Nesse tipo de emprego, geralmente, não se especifica qual a atividade lhe cabe exatamente, além disso, cobra-se perfeição. O trabalho tende a ser monótono e repetitivo, mas ainda assim uma tarefa que exige muita responsabilidade, em troca de um salário que é em média mais baixo do que o de qualquer outra categoria. Além de todos esses problemas,

14 SILVA, Maciel Henrique da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan.-abr. 2015.

15 Cf. SILVA, Júlio Menezes. **Jornal Quilombo 70 anos**: atual como nunca. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/?s=Jornal+O+quilombo>. Acesso em: 1º set. 2022.

16 PRECISAM-SE de escravas. **Quilombo**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, p. 9, fev. 1950.

17 ÁVILA, op. cit., p. 217.

algumas vezes elas precisam driblar o ciúme da patroa em relação aos filhos e/ou ao marido; outras são vítimas de violência sexual e/ou testemunham episódios de violência doméstica que vitimam as patroas.¹⁸

Na primeira metade do século XX os problemas relacionados a esse tipo de emprego não passaram despercebidos. Além da imprensa negra, o movimento de mulheres ligadas ao PCB estava atento à precarização do trabalho das trabalhadoras domésticas e se movimentaram em defesa da garantia de direitos para a categoria. A finalidade do artigo é justamente analisar esse debate, concentrando no período de 1940 e 1960, o que não significa estabelecer recuos e avanços temporais quando forem imprescindíveis. Orientado por demandas colocadas pelas próprias mulheres trabalhadoras e por discussões que vinham sendo travadas internacionalmente, o movimento mobilizou problematizações que extrapolam o mundo do trabalho e o plano jurídico. Houve a desnaturalização da ideia culturalmente enraizada de que o trabalho doméstico e a gestão do cotidiano familiar são “coisas de mulher”. Nesse sentido, debateu-se alternativas para “libertar” as mulheres do que chamou de “escravidão doméstica”. É o que veremos nas linhas que seguem.

Feminismo, comunismo, racialização e emprego doméstico: perspectivas e contradições

No BRASIL, o debate sobre o emprego doméstico ganhou um espaço importante nas discussões das feministas que atuaram em sintonia com o PCB entre as décadas de 1940 e 1960, em particular no meio literário. Algumas mulheres comunistas usaram a literatura como instrumento de luta política e trouxeram para suas narrativas ficcionais os problemas que as trabalhadoras domésticas enfrentavam na vida prática. Parte delas também criticou as desigualdades intragênero envolvendo patroas e empregadas e as contradições entre feministas que exploravam trabalhadoras domésticas.

Na década de 1930 o tema já movimentava o debate. Em 1933, Patrícia Galvão, através do romance *Parque industrial*,¹⁹ publicado sob o pseudônimo de Mara Lobo, criticou a exploração de classe/raça presente entre mulheres, sobretudo no emprego doméstico.²⁰

18 MELLO, op. cit., passim; BERNARDINO-COSTA, op. cit., passim.

19 Como pontuou Thelma Guedes, *Parque industrial* é um romance ligado à tradição realista. Seu foco narrativo são as difíceis condições de vida do proletariado de São Paulo na década de 1930. O enredo denuncia o modo de vida dos ricos – classe burguesa e aristocrática do café. Para tanto, instrumentaliza “sofisticados expedientes estéticos, nascidos no seio desse mesmo grupo privilegiado a ser combatido, ou seja, recursos provenientes do legado modernista”. GUEDES, Thelma. **Pagu: literatura e revolução**: um estudo sobre o romance *Parque industrial*. São Paulo: Ateliê Editorial/Nankin Editorial, 2003. p. 42-43.

20 Na transição do trabalho escravo para o livre houve um esforço de embranquecer a categoria. Até o início do século a presença de mulheres negras nos serviços de cozinha era muito requisitada, cenário que se modificou a partir da década de 1880, contexto em que houve um aumento exponencial de trabalhadores e trabalhadoras negras vivendo em liberdade. A partir de então, ampliou-se na imprensa diversos anúncios preterindo trabalhadoras “de cor”. Na década de 1950 do século XX as práticas de anúncios racistas contra as trabalhadoras domésticas negras ainda eram frequentes. Em razão das características próprias do emprego doméstico, marcado pela precarização, desvalorização e associação à escravidão, o esforço não foi bem-sucedido. Historicamente, são as mulheres negras a esmagadora maioria das trabalhadoras domésticas do

A narrativa é uma janela que nos permite enxergar as tensões entre mulheres comunistas e feministas liberais, grande parte reunidas em torno da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF); além de evidenciar, numa perspectiva multidimensional, a complexidade que envolve as dimensões de gênero, raça, classe e sexualidade.²¹

Fundada em agosto de 1922 e dirigida a maior parte do tempo por Bertha Lutz (1894-1976), entre altos e baixos, a federação manteve-se em funcionamento até a década de 1980. Ao longo de sua existência, priorizou a luta pela incorporação da mulher como sujeito portador de direitos civis e políticos. Entre as décadas de 1920 e 1940 era uma organização de nível nacional, com filiais em diferentes estados do país.²² Quando a federação surgiu, já existia um amplo movimento de mulheres organizado em diferentes vertentes políticas a disputar distintos projetos feministas de sociedade. Gláucia Fraccaro demonstrou que “o tema da igualdade entre homens e mulheres esteve mais presente na disputa da classe trabalhadora do que nos primeiros anos da federação feminista”.²³ Desse modo, quando a FBPF surgiu em 1922, o debate sobre os direitos das mulheres já estava colocado e ela teve de conviver e dialogar, nem sempre amistosamente, com diferentes projetos políticos em disputa.²⁴ O debate sobre emprego doméstico, incorporado no romance de Patrícia Galvão, foi um dos pontos de tensão. Ao narrar uma reunião feminista, provavelmente se referindo à FBPF, a narradora representou as feministas como elitistas e hipócritas, na medida em se emancipavam sem abrir mão de explorar outras mulheres. O trecho abaixo é significativo do que estou falando:

O barman cria cocktails ardidados. As ostras escorregam pelas gargantas bem tratadas das líderes que querem emancipar a mulher com pinga esquisita e moralidade. Uma matrona de gravata e grandes miçangas aparece espalhando papéis.

– Leiam. O recenseamento está pronto. Temos um grande número de mulheres que trabalham. Os pais já deixam as filhas serem professoras. E trabalhar nas secretarias... Oh! Mas o Brasil é detestável no calor. Ah! *Mon Palais de Glace!*

– Se a senhora tivesse vindo antes, podíamos visitar a cientista sueca...

– Ah! Minha criada me atrasou. Com desculpas de gravidez. Tonturas. Esfriou demais o meu banho. Também já está na rua! [...]

– O voto para as mulheres está conseguido! É um triunfo!

– E as operárias?

– Essas analfabetas. Excluídas por natureza.²⁵

país. Cf: SANTOS, Taina Silva. **Mercados de exclusão**: racismo e sexismo em propagandas de alimento infantil no século XIX. Disponível em: <https://bit.ly/3AHpEkn>. Acesso em: 26 abr., 2022.

21 A perspectiva multidimensional se distancia do enquadramento de raça, sexualidade e classe em categorias que se excluem mutuamente. Conforme Françoise Vergès, a noção de multidimensionalidade, proposta por Darren Lenard Hutchinson, tem a finalidade de compreender como o “poder racista e heteronormativo cria não apenas exclusões precisas na intersecção das dominações, mas molda todas as proposições sociais e subjetivas, inclusive entre aqueles que são privilegiados”. VERGÈS, op. cit., p. 34.

22 PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 14.

23 FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 77.

24 Ibidem, p. 85.

25 LOBO, Mara. **Parque industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 76-78.

A narrativa transpõe para o universo da ficção as desigualdades de raça/classe presente não somente no emprego doméstico. As personagens de *Parque industrial* são racializadas, dando a ver uma classe operária diversa. “Mulheres, homens, operários de todas as idades. Todas as cores. Todas as mentalidades. Conscientes. Inconscientes. Vendidos”.²⁶ É o caso de personagens como Matilde, que aparece com seus braços morenos e cabelos cacheados. Enxergamos um “menino pardo” circulando em uma reunião operária.²⁷ Tem Eleonora, com seus cabelos “muito loiros” e “muito lisos”, “bonita pra burro!”;²⁸ além da mulata Corina, tão insatisfeita com sua cor: “Por que nascera mulata? É tão bonita! Quando se pinta, então! O diabo é a cor!”.²⁹

Mais do que simplesmente caracterizar fenotipicamente as personagens, a “cor” impactou na sorte das mulheres. A branca pobre, ainda que tenha desafiado o padrão sexual de sua época – no sentido de ter relações sexuais antes do casamento – conseguiu casar com “o rico herdeiro que ambicionava”³⁰ e ascender socialmente através do casamento. Destino muito diferente da “mulata” Corina, que usando estratégia muito semelhante da jovem branca – se relacionar sexualmente com um homem rico – teve um final trágico. Engravidou e foi abandonada. “– Claro! Jurou que o filho não era dele”.³¹ Além do abandono paterno, perdeu o emprego por estar grávida e solteira. Na sarjeta, tornou-se prostituta.

Provavelmente atenta à crítica ao racismo presente no movimento negro e no movimento de mulheres do período, Patrícia Galvão conseguiu emoldurar na ficção a complexidade das relações de gênero, raça e classe no Brasil, além de tensionar a heteronormatividade. Colocou em cena sexualidades dissidentes em tom de denúncia ao que considerava hipocrisia da moral sexual “burguesa”. A narrativa põe em tela a relação homoerótica entre Eleonora e Matilde, a primeira casada com um burguês; além da “loirinha do Rocha”, “um colosso. Mas viciada. Só quer mulher!”.³² Também traz para a cena um caso de estupro masculino. Pepe, um jovem negro, foi violentando em um carnaval por homens das camadas abastadas (muito possivelmente brancos).

Pepe se afoga na pinga. Está mais alegre. [...] Perto está um carro fantasiado. Um chofer preto coloca um pneumático. Só tem moços dentro.

– Olha aquele jóquei no porre! Vamos levá-lo!

Chamam-no. Pepe quer dar murro. Cai dentro do carro, seguro por mãos fortes.

– Precisa de limpeza.

Daí a uma hora, o automóvel estanca diante de um palacete silencioso da avenida Brasil.

26 Ibidem, p. 31.

27 Ibidem, p. 33.

28 Ibidem, p. 37.

29 Ibidem, p. 49.

30 Ibidem, p. 40.

31 Ibidem, p. 75.

32 Ibidem, p. 74.

“A polícia recolheu ontem um homem machucado e despido da sua fantasia numa sarjeta do Jardim América. Parece que se trata de alguém que se entregou à prática de atos imorais”.³³

Não deixa de ser surpreendente a perspectiva multidimensional que atravessa toda a narrativa de *Parque industrial*, ponto de vista presente em sua crítica às tessituras do emprego doméstico e às contradições do movimento feminista. Não podemos perder de vista que a forma como a federação aparece na narrativa diz mais sobre como, à época, a entidade era percebida por Patrícia Galvão – e por boa parte das mulheres comunistas do seu tempo³⁴ – do que sobre o complexo e, por vezes, contraditório trabalho político desenvolvido pela federação. A pesquisa de Rachel Soihet evidenciou que para as feministas se dedicarem às suas profissões e/ou atividades políticas contavam com o trabalho de empregadas domésticas, cuja remuneração era baixíssima.³⁵ Portanto, a ficção de Patrícia Galvão politiza dimensões da realidade.

Ao recorrer à narrativa de *Parque industrial* meu objetivo é, sobretudo, lançar luz para o fato de que, na primeira metade do século XX, já havia um debate atento à multidimensionalidade de gênero, raça e classe, em que pese a ausência de um conceito. O emprego doméstico foi um lugar privilegiado para a reflexão. As mulheres comunistas estavam atentas às contradições entre defender a emancipação feminina e explorar o trabalho de outras mulheres. O paradoxo podia ser comum entre comunistas. A pecebista Jacinta Passos (1914-1973) contou com empregadas domésticas em algumas fases de sua vida. Mulher branca, militante ativa do PCB e da FMB, poeta, jornalista e mãe, certamente era difícil equilibrar tantas tarefas. Para amenizar o problema, como era comum às mulheres de sua classe/raça, recorreu, algumas vezes, a empregadas domésticas “da sua família”, uma família de origem latifundiária e escravista do Recôncavo da Bahia.³⁶ Em 1945, quando engravidou pela primeira vez – e sofreu um aborto espontâneo (e traumático) aos 8 meses de gestação – contou com a presença da empregada doméstica Regina Menezes Figueiredo. De acordo com Janaína Amado, Regina era uma “antiga serviçal da família Passos”, “enviada” de Salvador para passar uma temporada com Jacinta em São Paulo e “auxiliá-la” nas tarefas domésticas.³⁷ Em 1948, mais uma vez, Regina se deslocaria para “auxiliar” Jacinta em outro momento conturbado de sua vida pessoal e política – elementos não apartados.

Em 21 de abril de 1947 – após uma gravidez difícil na qual ficou a maior parte do tempo internada – Jacinta Passos deu à luz a sua primeira e única filha, Janaína Amado.

33 Ibidem, p. 48-49.

34 Cf. ALVES, Iracélli da Cruz. Mulheres, PCB e feminismos: disputas e tensões (1930-1937). **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 25, n. 40, p. 435-452, dez. 2018.

35 Cf. SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismo**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 95.

36 ALVES, Iracélli da Cruz. A poética comunofeminista de Jacinta Passos: uma intelectual baiana. In: SIZILIO, Ricardo (org.). **Bahia**: política e sociedade (1930-1940). Salvador: EDUFBA, 2022, p. 173-197.

37 AMADO, Janaína. Biografia de Jacinta Passos: canção da liberdade. In: AMADO, Janaína (org.). **Jacinta Passos, coração militante**: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2010. p. 335-442. p. 374.

A maternidade impôs mais uma grande mudança em sua vida. A tarefa exigia – e exige – muito da mãe em uma cultura cujo cuidado com as crianças e vulneráveis era – e é – visto como função naturalmente feminina. Era – e continua sendo – difícil para as mulheres se desvencilharem desse lugar.³⁸ No caso de Jacinta, é provável que naquele momento o marido não se dedicasse tanto quanto ela à gestão do cotidiano doméstico e às responsabilidades com a filha. Os primeiros meses foram particularmente difíceis. Além das dificuldades comuns do puerpério, o PCB mergulhava em mais uma tempestade política. O nascimento da criança coincidiu com o crescimento do anticomunismo e perseguição política ao partido. Naquele ano o registro do PCB, na legalidade desde 1945, foi mais uma vez cassado. Recomeçava a caça aberta aos comunistas.³⁹ Na época, ela e o marido moravam em um modesto quarto de pensão na rua Chile. Pouco mais de dois meses após o nascimento de Janaína, a sede do jornal comunista *O Momento*, no qual James trabalhava, foi depredada pela polícia, que quebrou muitas máquinas essenciais para o funcionamento do periódico. Os minguados recursos financeiros que o casal recebia do partido praticamente sumiram. Sem dinheiro e sob intensa pressão, assim encontrava-se a mulher que acabara de se tornar mãe.⁴⁰

Foi preciso dar uma pausa na agitada vida pública. No início de 1948, contando com retaguarda familiar, mudaram-se para uma das fazendas do pai de James, localizada em Ponta do Sul, região afastada dos centros urbanos e de difícil acesso, no sul do estado da Bahia. Na mudança, mais uma vez Regina Figueiredo acompanhou o casal. Lá permaneceram por cerca de três anos. Só saíam de tempos em tempos para visitas familiares e para as atividades partidárias. No ano de 1950, a repressão aos militantes do PCB era intensa, mas, distantes das aglomerações urbanas, Jacinta e James viviam com tranquilidade. Segundo narra Regina Figueiredo:

Engraçado é que d. Jaci, lá na roça, naquele fim de mundo daquela roça sem nada, ela que cresceu com todo o luxo, d. Jaci, [...] que na fazenda ficava lá lendo, lendo e escrevendo, mexendo na sobrançelha, [...] ela me falou um dia assim, bem na varanda da casa, debruçada na cerca da varanda: – Gosto daqui. Por mim, eu não saía daqui, morava aqui para sempre.⁴¹

38 Cf.: KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 18-34; VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. Edição Kindle.

39 Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial e o consequente desmoronamento do nazifascismo, houve o crescimento de expectativas democráticas em vários países do mundo, entre os quais o Brasil. O contexto favoreceu o desenvolvimento de novas articulações e/ou rearticulações de organizações feministas que se encontravam enfraquecidas devido ao Estado Novo (1937-1945), regime autoritário de inspiração fascista. No entanto, passada a euforia de 1945, a partir de 1946 o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) adotou uma série de medidas que contrariavam os princípios democráticos. Conforme Carla Rodeghero, após várias medidas que visavam controlar “os excessos da propaganda comunista”, o registro do PCB foi cassado em 1947 e, logo em seguida, dos seus parlamentares. Um dos grandes alvos do anticomunismo, ainda segundo a autora, foi a bem-sucedida reorganização do PCB. Assim, apesar da expectativa democrática que se seguiu ao período imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra, o autoritarismo e o anticomunismo continuaram presentes na política brasileira. Cf.: RODEGHERO, C. S. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. In: **Métis: História e Cultura**, v. 5, n. 10, p. 179-202, jul./dez. 2006. p. 180-199

40 ALVES, op. cit., 2022, p. 190.

41 Depoimento de Regina Menezes Figueiredo apud AMADO, op. cit., p. 384.

Ao que parece, a roça não era tão palatável para Regina, que a descreveu como um fim de mundo, “sem nada”. Podemos imaginar que na roça “sem rádio nem qualquer outro meio de comunicação, sem eletricidade ou água encanada”,⁴² o trabalho de Regina tenha se tornado mais difícil. Mas para Jacinta, que anos antes trabalhava intensamente como militante e enfrentava turbulências políticas e pessoais representou o encontro com a paz, interrompida em 1951, quando o casal, por ordem do partido, teve de retomar à militância em tempo integral. Mudaram-se com a filha para o Rio de Janeiro. Regina voltou para a Bahia. Ainda em 1951, novamente ela precisaria recorrer ao trabalho doméstico de outra mulher. A “escolhida” da vez foi Tomázia Ribeiro de Queirós, “enviada” para passar uma temporada com Jacinta no Rio de Janeiro para que ela pudesse dar continuidade às suas atividades de escritora e militante do PCB. Por que não Regina, que já havia estado com ela em dois momentos? Não tenho resposta. Apesar da curiosidade, o que mais nos interessa aqui é perceber as contradições. Se por um lado, Jacinta Passos fazia parte de um movimento político que pautava direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas; por outro, quando julgou necessário lançou mão dessas trabalhadoras, aparentemente sem nenhum ou com precários direitos, dada às idas, vindas e trocas.

Todas as empregadas domésticas “da” família Passos “enviadas” para Jacinta em momentos em que enfrentava dificuldade para conciliar tantos trabalhos certamente possuíam vínculos com o então recém-passado escravista. É possível que os antepassados de Regina Figueiredo e Tomázia Queirós tenham trabalhado na condição de escravizados para a família Passos ou outras famílias do Recôncavo da Bahia. A forma como Janaína Amado se refere a elas parece atestar a dificuldade de romper com a tradição, tanto pela ideia de posse que aparece na linguagem – “serviçais *da* família”, “enviadas por” – quanto pela característica histórica do emprego doméstico no Brasil.

Na década de 1960, a própria Jacinta Passos demonstrou incômodo com o problema. Através da ficção construiu um mundo em que esse tipo de exploração deixaria de existir. No universo comunista que idealizou, o crescimento profissional de uma mulher não deveria vir acompanhado da exploração de outra – “Para ser aviadora, aquela jovem não precisa que outras mulheres a substituam na escravidão doméstica. O progresso de uma já não custa o atraso de muitas”.⁴³ Antes disso, ainda na conjuntura em que ela recorreu aos trabalhos de Regina Figueiredo e Tomázia Queirós, a poeta expressou solidariedade à categoria a partir de homenagens a trabalhadoras de “sua” família, a exemplo de Dade, personagem do poema *Elegia das quatro mortas*, publicado em 1951. Dedicado a homenagear mulheres que tombaram por serem comunistas, entre as quais Olga Benário (enviada pelo governo Vargas para um campo de concentração nazista e morta em 1942), Zélia Magalhães (pecebista assassinada pelo Estado no Rio de Janeiro em 1949 quando participava de uma manifestação de rua)⁴⁴ e

42 Ibidem.

43 PASSOS, Jacinta. Uma história de três mães. **Caderno 2**, 1967 apud AMADO, op. cit., p. 237.

44 Em 16 de novembro de 1949, a pecebista Zélia Magalhães (1926-1949) foi morta quando participava, no Rio

Angelina Gonçalves (assassinada pelo Estado no Rio Grande do Sul quando participava de uma manifestação do 1º de Maio)⁴⁵, o eu poético assim descreveu Dade:

Flor de tristeza, vagarosa, Dade./ Foi assim que te vi no campo, um dia./ Tu vens chegando, tua fala lenta:/ – não sou de natural tão triste/ mas labutei demais e me acabou. [...] Treze homens levaram teu caixão./ – Morreu de quê? – perguntam. A doença já encontrou teu corpo consumido:/ onze filhos, pobreza, mais a roça, mais água e lenha e casa de farinha./ Morreste sem remédio como um bicho:/ desconhecia o poder das letras,/ da medicina e da luz elétrica./ [...] Flor de tristeza, vagarosa, Dade,/ foi de morte matada que morreste/ e bem sabias. O crime não tem data:/ morte lenta, geral, antiga, fria:/ O latifúndio acabou contigo.⁴⁶

Diferentemente das outras personagens, Dade não morreu por ser militante comunista, mas “se acabou” por “labutar demais”, aspecto não menos importante.⁴⁷ O fato de Jacinta a ter colocado entre aquelas transformadas em heroínas do PCB – e o lugar que ela ocupou no texto (não veio por último, mas no meio) – é emblemático. Provavelmente, a poeta quis dar visibilidade à luta cotidiana de milhares de mulheres pobres e negras cujo valor não era (e não é) reconhecido. É possível que houvesse muito afeto envolvido. A Dade real que inspirou o poema, provavelmente, acompanhou bem de perto a infância de Jacinta, contribuindo com os cuidados que envolvem o maternar. Ela foi uma das trabalhadoras domésticas que trabalhou muitos anos para a sua família, em Cruz das Almas, interior da Bahia. Como boa parte da categoria, Dade era mulher negra. Trabalhando para uma família latifundiária, provavelmente realizava tarefas relacionadas aos cuidados com as crianças e aos trabalhos para além do espaço restrito da casa. O excesso de trabalho, segundo o eu poético, era a causa do seu adoecimento e morte.

A racialização, assim como as relações de gênero e classe, fez parte das preocupações de Jacinta Passos, que ao longo de sua carreira político-artística escreveu textos a partir de uma perspectiva multidimensional. Ao colocar uma trabalhadora doméstica entre figuras heroificadas, a poeta certamente quis evidenciar o heroísmo das muitas mulheres em condição semelhante; mulheres negras que, diariamente, lutavam para sobreviver em uma sociedade socialmente desigual em termos de classe, raça e gênero, categorias que são “construtores modernos da linha abissal que separa radical e invisivelmente os seres plenamente humanos [...] e os seres subumanos”.⁴⁸ O que está em jogo é a forma como, desde o século XVI, se

de Janeiro, de um comício organizado pelo PCB e pela Liga de Defesa das Liberdades Democráticas, que abrigava diferentes tendências políticas. Zélia estava acompanhada do marido quando a polícia dissolveu o comício a balas. O casal até conseguiu correr e saltar num bonde, mas foi alcançado por Procopinho, policial famoso pela truculência. Grávida, talvez confiando que sua barriga o sensibilizaria, Zélia se colocou entre eles. Foi alvejada e morreu a caminho do hospital. MACEDO, op. cit., 2001, p. 187-188.

45 Angelina Gonçalves foi assassinada pela polícia quando participava, no Rio Grande do Sul, das comemorações ao Primeiro de Maio. Durante a passeata, carregava um cartaz simplório que estampava a frase: “O petróleo é nosso”. A polícia atirou contra os manifestantes. Angelina e mais três trabalhadores – Osvaldinho Correia, Euclides Pinto e Honório Porto – tomaram. Ibidem, p. 188-189.

46 PASSOS, Jacinta. Elegia das quatro mortas. In: PASSOS, Jacinta. **Poemas políticos**. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1951 apud AMADO, op. cit., p. 151.

47 Além desse poema, Dade inspirou outras personagens na poesia de Jacinta. Ibidem, p. 152 (nota de rodapé n. 18).

48 SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. Belo Horizonte:

dá a divisão do mundo: “de um lado uma humanidade que tem o direito de viver e, de outro, aquela que pode morrer”.⁴⁹

A preocupação com os marcadores sociais que atravessam os sujeitos, e mais especificamente o racial e de classe, ficou ainda mais demarcada na homenagem que Jacinta Passos fez a Zélia Magalhães. Até onde pude pesquisar, usando uma linguagem própria do seu tempo, Jacinta Passos foi a única, em meio às várias homenagens, que deu ênfase ao lugar racial da militante: mulher negra.⁵⁰

Também tu: de crespa cabeleira/ viva,/ de onde vens morena de manhã?/ –
Pelas costas. Me mataram pelas costas./ Covardia. Pois se mata assim um
ser humano? [...] – Meu filho ia nascer:/ mundo mais humano o que eu queria/
Tão simples assim. Assim teu sonho era,/ o nosso de fartura e paz./ Será feito
pela mão dos pobres/ (pobres não eram tuas mãos de mulher irmã das mãos
do negro,/ do camponês/ e do trabalhador?)/ Pelas mãos dos pobres que têm
fome e sede de justiça na terra.⁵¹

No poema *Canção da partida*, a perspectiva multidimensional ficou ainda mais evidente. O eu poético, usando a metáfora da gaiola, destacou que as mulheres negras – em particular as trabalhadoras domésticas que inspiraram o poema – Regina, Minervina, Estelita e Conceição, quatro trabalhadoras “da” família Passos – tinham suas existências atravessadas pelas dimensões de gênero, raça e classe:

Minha terra tem gaiola/ onde canta o sabiá. [...] Bernadete é preta,/ é preta que
nem tição/ Bernadete é pobre/ é pobre sem um tostão./ Regina, Minervina,
Estelita e Conceição./ – Pelo sinal da pobreza!/ – Pelo sinal de mulher!/ –
Pelo sinal da nossa cor!/ Nós somos gente marcada/ – ferro em brasa em boi
zebu –/ ninguém precisa dizer:/ Bernadete, quem és tu?⁵²

Outra escritora pecebista, Alina Paim (1919-2011) – mulher branca, natural de Estância, interior de Sergipe – também usou a literatura para demonstrar como a amenização do trabalho doméstico para umas mulheres só era possível mediante a exploração de outras. Em praticamente todos os seus romances publicados entre as décadas de 1940 e 1960 aparecem personagens que são trabalhadoras domésticas. Em uns, de maneira inexpressiva, com falas pontuais, apenas como parte do cotidiano das famílias das camadas médias, como é o caso de sinhá Ernestina, de *Estrada da liberdade* (1944), e Joana, de *Sol do meio-dia* (1961);⁵³ em outros, elas ganham voz e demonstram ter consciência da exploração à qual estavam submetidas, a exemplo de Maria Pequena de *Simão Dias* (1949), que mesmo morando longe

Autêntica, 2021. p. 15.

49 VERGÊS, op. cit., p. 32.

50 Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves foram transformadas em heroínas pelo movimento organizado em torno da FMB e pelo Partido Comunista. A imprensa, sobretudo o jornal *Momento Feminino*, prestaram-lhes várias homenagens. No Manifesto de Agosto, ao apelar para a importância da presença das mulheres no movimento contra a “guerra e o terror fascista”, Luiz Carlos Prestes citou as duas como referências à “luta feminina”. ALVES, op. cit., 2020, p. 140.

51 PASSOS, Jacinta. **Poemas políticos**. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1951 apud AMADO, op. cit., p. 152-153.

52 Idem. *Canção da Partida*, p. 92.

53 PAIM, Alina. **Estrada da liberdade**. Rio de Janeiro: Leitura, 1944; PAIM, Alina. **Sol do meio-dia**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira do Livro, 1961.

se recusava a dormir no emprego ou morar perto das patroas. “Uma vez por semana, seu pensamento se detém no problema, e anos seguidos a situação tem permanecido inalterada.”⁵⁴

No entanto, ao final do dia exaustivo de trabalho e da longa caminhada para chegar à casinha distante, na beira do açude, concluía que era melhor continuar como estava. Ali era o seu canto. “Do batente para dentro quero ver branca com coragem de engrossar a voz para minha banda”.⁵⁵ Em sua casa simples, podia viver sozinha, de cabeça erguida, sem se sentir inferior. Em *Estrada da liberdade*, Marina observou que as lavadeiras da Baixa do Estica todos os dias acordavam cedo, deixavam seus filhos pela rua – já que não havia creches disponíveis – para lavar as roupas de mulheres que provavelmente não enxergavam quão difícil e miserável era o cotidiano daquelas mulheres que “lavavam desde quando o sol subia no céu, até quando ele se escondia no lado oposto. [...] Saberá a dona daqueles lenços bordados o trabalho torturante daquelas mulheres [...] na Baixa do Estica?”.⁵⁶

Mais marginalizadas que as trabalhadoras das fábricas, as trabalhadoras domésticas, fossem elas fixas, diaristas ou lavadeiras, do campo ou da cidade, estavam submetidas a trabalhos penosos e muito mal remunerados, além de ser um emprego cujas curvas de ascensão eram/são demasiadamente restritas. Como evidenciou Soraia Mello, historicamente, a ascensão social dessas trabalhadoras tem sido praticamente nula, provocando uma espécie de “estabilidade da pobreza”.⁵⁷ Retomando a epígrafe, “bilhões de mulheres se ocupam da tarefa de limpar o mundo”. Ainda que indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade, é um tipo de trabalho que deve permanecer invisível. Nas palavras de Vergès:

Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas. Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis. [...] Sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos.⁵⁸

Luta por direitos e solidariedade das mulheres comunistas

EM QUE PESE as permanências, a denúncia de tamanha vulnerabilidade/invisibilidade não é recente. A necessidade de garantir direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas foi defendida, em 1949, no programa da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), organização de mulheres ligadas ao PCB. As páginas do jornal *Momento Feminino* (MF),⁵⁹ um dos principais

54 PAIM, Alina. **Simão Dias**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1949. p. 7.

55 Ibidem, p. 16.

56 Ibidem, 1944, p. 77-78.

57 MELLO, op. cit., p. 151-152.

58 VERGÈS, op. cit., p. 16-17.

59 Dirigido e organizado especialmente por mulheres comunistas, o jornal *Momento Feminino* circulou em algumas cidades do Brasil entre 1947 e 1956. Editado no Rio de Janeiro e impresso na tipografia *Imprensa Popular*, que pertencia ao PCB, foi um dos principais meios de articulação e comunicação do movimento em tela. ALVES, Iracélli da Cruz. Para o coração, sim. Mas também para o espírito: *Momento Feminino* e o debate

meios de comunicação e articulação do movimento, chamou a atenção para a necessidade de garantir que a categoria tivesse direito à sindicalização, como fica evidente no texto que abriu uma de suas edições:

Descascando batatas, lavando panelas, limpando móveis, arrumando, cozinhando, as empregadas domésticas alugam seu trabalho sem ter, na legislação trabalhista, nenhuma garantia. Sua carteira profissional é apenas um registro policial. O Ministério do Trabalho não a registra, nem lhes dá direito à sindicalização. [...] Começam as domésticas a sentir necessidade de organizar-se; em vários bairros, suas associações começam a surgir e a desenvolver-se, tendo como objetivo principal o direito à sindicalização.⁶⁰

Suas páginas também nos informam sobre as atividades de associações de empregadas domésticas em atividade no país entre as décadas de 1940 e 1950, a exemplo de uma que, em 1947, funcionava em Minas Gerais e contava, segundo estimativa do jornal, com mais de 100 mulheres que se reuniam todos os domingos.⁶¹ No mesmo ano, em São Paulo, uma empregada doméstica – Maria Benedita Cruz – foi candidata ao cargo de vereadora com o compromisso de defender os direitos da categoria.⁶² É plausível que a presença dessas mulheres foi fundamental para que, em 1949, a FMB colocasse como um dos pontos do seu programa a defesa da regulamentação da atividade profissional.

Ademais, não podemos esquecer que a pauta já vinha sendo colocada pelo movimento protagonizado pelas próprias trabalhadoras domésticas desde, pelo menos, a década de 1930. Em 1936, mais precisamente, foi fundada a Associação Profissional dos Empregados Domésticos por meio da atuação de Laudelina de Campos Melo. Desde a sua fundação, como evidenciou Joaze Bernardino-Costa, a entidade estabeleceu como objetivo central a conquista do *status* jurídico de sindicato. A pretensão partia do entendimento de que, como sindicato, poderia negociar com o Estado o reconhecimento jurídico da categoria e, conseqüentemente, seus direitos trabalhistas. O direito à sindicalização só foi definitivamente conquistado em 1988, com a promulgação da Constituição Federal; já a luta por direitos trabalhistas invadiria o século XXI. Somente em 2013 a Emenda Constitucional nº 72 – conhecida como PEC das domésticas – equiparou juridicamente as trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores brasileiros. Dois anos depois foi promulgada a Lei Complementar nº 150 Domésticas, o que não implicou no final da luta, que agora continua se mobilizando para fazer valer a aplicabilidade da lei.⁶³ Portanto, no artigo estamos tratando de fragmentos de um movimento político que vem se organizando há praticamente um século.

feminista no Brasil Republicano (1947-1956). **Revista de História** [s.l.], n. 181, p. 1-33.

60 AS EMPREGADAS domésticas no seu trabalho exaustivo. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 1, 26 set. 1947.

61 PEREIRA, Maura de Sena. Em Nova Lima uma das mais belas organizações femininas do Brasil. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 14, p. 6, 24 out. 1947.

62 A PRÓXIMA vitória eleitoral em São Paulo. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 14, p. 16, 24 out. 1947.

63 BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil. Brasília: Editora UNB, 2015.

Voltando ao século XX, na década de 1940 o movimento feminista de mulheres ligadas ao PCB incorporou a pauta das próprias trabalhadoras domésticas, que dialogou e estabeleceu alianças estratégicas com grupos, partidos e personalidades políticas diversas. De acordo com Joaze Bernardino-Costa, entre 1933 e 1935, Laudelina de Campos Melo dialogou com associações negras de São Paulo, inclusive com a Frente Negra Brasileira. Além da articulação com o movimento negro, em 1936, a líder sindical se filiou ao PCB. A aproximação com diversos movimentos sociais, atores políticos e grupos culturais foi recorrente no movimento das trabalhadoras domésticas ao longo de todo o século XX, “resultando em uma organização política e uma articulação teórica ricas, que não excluem contribuições classistas e raciais [e feministas]”.⁶⁴

O diálogo com o movimento feminista de mulheres comunistas foi, portanto, um entre outros. Embora considere fundamental, aqui não será possível analisar os pormenores dessa articulação, dados os limites traçados para o artigo. Mas vale lembrar que há indícios de que houve uma aproximação importante, que certamente favoreceu a presença de empregadas domésticas no PCB, fortalecendo a hipótese de que essa presença foi fundamental para que seus direitos fossem defendidos pelo movimento de mulheres comunistas. O grupo usou seus meios de comunicação e ação política para, de alguma forma, contribuir com o movimento protagonizado pelas próprias trabalhadoras domésticas. Agiram como aliadas.⁶⁵ Sendo aquelas que eram relativamente ouvidas, em função do lugar racial e de classe, se solidarizaram com as trabalhadoras domésticas e utilizaram seus espaços de poder para tornar públicas as demandas dessas trabalhadoras.

No entanto, como destacou Boaventura Santos, “a solidariedade é uma palavra-armadilha”,⁶⁶ pois os aliados podem querer decidir unilateralmente com quem e como se é solidário. As contradições envolvendo o feminismo e o emprego doméstico, bem como o caso da poeta Jacinta Passos são emblemáticas. Como demonstrei, a comunista defendeu publicamente direitos para empregadas domésticas, ao mesmo tempo em que, aparentemente, não abriu mão da herança familiar de exploração de trabalhadoras domésticas. Considero este um ponto complexo que merece uma investigação mais cuidadosa. Afinal, que tipo e como se construiu a solidariedade entre mulheres comunistas brancas e empregadas domésticas? Quais os limites, tensões e contradições da articulação? São questões que deixo em aberto.

64 Ibidem, p. 77-79.

65 “Os nossos aliados são todos os que se solidarizam conosco e que, ao contrário de nós, têm voz, porque não estão do nosso lado da linha”, leia-se, as fronteiras nacionais, os “muros, trincheiras, valas, cercas de arame farpado, cordões de viaturas da polícia, *check points* e sobretudo os mapas que desenharam linhas abissais nas mentalidades, nas políticas e nas leis e nos expulsaram para o lado de lá da linha. [...] Nós vivemos do lado de lá da linha que alguém traçou pensando em nós para poder deixar de pensar em nós”. SANTOS, op. cit., p. 28-33.

66 Ibidem, p. 33.

Mulheres comunistas, trabalho doméstico não remunerado e PCB

ORIENTADAS PELAS DEMANDAS colocadas pelas próprias mulheres e por debates que vinham sendo travados internacionalmente, mulheres ligadas ao PCB mobilizaram uma discussão que foi além dos direitos das trabalhadoras domésticas remuneradas no plano jurídico e problematizaram a naturalização do trabalho doméstico e da gestão do cotidiano familiar como “coisa de mulher”, aspecto que atravessava as experiências de todas – remuneradas ou não. Assim, debateram alternativas para “libertar” as mulheres do que chamaram de “escravidão doméstica”.

Para a poeta Jacinta Passos, o fim da “escravidão doméstica” era responsabilidade do Estado e não de mudanças individualizadas nas famílias. Para ela, a transformação dependia da “construção de um sistema econômico-social baseado na propriedade social dos meios de produção”, que reduziria a “oposição entre maternidade e outras atividades sociais a um mínimo de contingência biológica”.⁶⁷ Iracema Ribeiro compartilhava de ponto de vista semelhante. Em um Pleno Ampliado do PCB realizado em 1955, destacou que era dura a vida das mulheres trabalhadoras, sobretudo quando mães, devido ao “pequeno número de escolas, jardins de infância e postos de puericultura”. A situação das donas de casa não era menos infeliz. Para a comunista, elas eram verdadeiras escravas domésticas, “presas aos duros afazeres do lar, envoltas numa rede de preconceito, privadas do acesso à instrução”. Viviam uma “completa inferioridade, reduzidas a um isolamento quase total da vida social e política”.⁶⁸ Na mesma linha interpretativa, em artigo jornalístico, Maria Guerra (provavelmente um pseudônimo) sugeriu que a construção de novos modelos de relações sociais entre homens e mulheres perpassava o investimento em “instituições em que pessoas especializadas e responsáveis” ajudassem as mães a educar os filhos.⁶⁹

Mas enquanto a assistência do Estado não fosse uma realidade, as comunistas tensionaram as relações entre gêneros no espaço doméstico e defenderam a necessidade de que os homens assumissem a responsabilidade no que diz respeito às atividades do lar e do cuidado. Novamente, Maria Guerra observou que era preciso a “colaboração de todos os elementos da família – pais e filhos” nas tarefas domésticas para que homens e mulheres pudessem “realmente viver uma vida completa”.⁷⁰ A advogada pecebista Nice Figueiredo estava de acordo. Segundo ela, o trabalho doméstico merecia uma atenção relativa e não deveria “ser a finalidade exclusiva das mulheres”. Era imprescindível a “construção de creches e estabelecimentos similares que venham resolver, favoravelmente, o problema da criança e

67 PASSOS, Jacinta. Oposição no singular. **Caderno 2**, 1967 apud AMADO, op. cit., p. 237.

68 RIBEIRO, Iracema. Sobre o trabalho do Partido Comunista do Brasil entre as mulheres. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 1.468, p. 2-4 (3º Caderno), 3 abr. 1955.

69 GUERRA, Maria. Educação para a guerra, educação para a paz. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 108, p. 10-11, set./out./nov. 1954.

70 Ibidem.

a situação da mulher casada que trabalha”.⁷¹ Ao mesmo tempo, era necessário dividir os afazeres entre todos os membros da família. Para ela: “Tanto o homem como a mulher podem executar as duas espécies de trabalho, quer doméstico ou não doméstico, pois assim como existem as médicas, advogadas, professoras e funcionárias, existem também os cozinheiros, [ilegível], criados de quarto, criados de sala etc...”.⁷²

Em sintonia com as interpretações bolcheviques, no Brasil, o movimento feminista de mulheres comunistas concordava que era necessário fazer das tarefas do lar coisa pública, o que implicava transformar o trabalho de reprodução em trabalho remunerado. No geral, sem desconsiderar as divergências, entre os teóricos bolcheviques predominou a ideia de que a instituição familiar, moldada ao estilo burguês, e as atividades domésticas seriam as principais forças do que chamavam de “opressão feminina”. Na União Soviética, após a Revolução Russa de 1917, juristas, membros do partido bolchevique, planejadores sociais e ativistas do movimento pela liberdade das mulheres promulgaram amplamente a tese do definimento da família, que perpassava pela coletivização do trabalho de reprodução. No entanto, essa perspectiva não significava necessariamente desafiar os papéis tradicionais familiares e a divisão sexual do trabalho.⁷³ “Na verdade, considerava-se quase natural que as mulheres cuidassem das creches, lavanderias e cantinas, mas como trabalhadoras assalariadas e não como mães e esposas”.⁷⁴

Dentro do pensamento comunista havia certo desprezo pelas atividades do lar quando não remuneradas e restritas ao espaço doméstico. Essas tarefas eram vistas como improdutivas e limitadoras do pleno desenvolvimento da personalidade humana. Dessa maneira, as mulheres só conseguiriam se realizar individualmente quando ingressassem no mercado de trabalho e colhessem os frutos do próprio trabalho. A independência econômica ruiria toda a estrutura que garantia os poderes familiares aos homens. Durante os debates realizados durante e imediatamente após a Revolução Russa, usando adjetivos duros, Lenin descreveu o trabalho doméstico como uma atividade banal, esmagadora e degradante para as mulheres. Argumentou que a verdadeira emancipação aconteceria não somente pela igualdade no plano jurídico, mas também com a transformação integral das atividades do lar em trabalho socializado. Na mesma linha, Alexandra Kollöntai destacou que na sociedade socialista todas as tarefas domésticas deveriam se tornar públicas. O economista soviético Engenii Preobrazhenskii também considerou os trabalhos domésticos como “um fardo que antecede qualquer outra coisa”, por isso deveria ser coletivizado.⁷⁵

71 FIGUEIREDO, Nice. A mulher casada e o trabalho. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 20, p. 2, 5 dez. 1947.

72 FIGUEIREDO, Nice. Você não trabalha porque não quer. **Momento Feminino**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 44, p. 5, 9 jul. 1948.

73 GOLDMAN, Wendy Z. **Mulher, Estado e Revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 23.

74 ARRUZA, Cinzia. **Ligações perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo: Usina, 2019. p. 50.

75 GOLDMAN, op. cit., p. 23-24.

O desprezo pelas tarefas domésticas, sejam elas remuneradas ou não, assenta-se, segundo Hannah Arendt, numa tradição construída na era moderna, que inverteu tradições, que diferenciava o labor do trabalho. A diferenciação passou a glorificar o “trabalho produtivo”, leia-se, aquele que produz um produto, como fonte de todos os valores. O estabelecimento da diferença entre trabalho produtivo e improdutivo promoveu o labor ao trabalho, menosprezando com o rótulo de improdutivo os trabalhos que supostamente não enriquecem o mundo. O desprezo decorre da falta de percepção de sua produtividade, pois eles não geram produtos palpáveis e nem sempre são quantificáveis. Até o tempo dispensado é difícil de mensurar. Ao contrário da produtividade do trabalho, que acrescenta novos objetos ao artifício humano, a produtividade do labor só ocasionalmente produz objetos. Sua preocupação fundamental são os meios da própria reprodução. Mesmo quando sua reprodução já está assegurada, pode ser utilizada para a reprodução de mais um processo vital, “mas nunca produz outra coisa senão «vida»”.⁷⁶

No mundo prático, como observou Eleni Varikas, o tempo na vida doméstica não é necessariamente vivido como tempo perdido. “Ele mistura atividades quantificáveis com atividades irredutíveis à quantificação que são igualmente fontes de prazer”.⁷⁷ No entanto, ainda segundo a autora, “o legítimo reconhecimento da importância do trabalho doméstico significou naturalizar a mística de que caberia somente às mulheres as “sublimes” tarefas do lar”. Dessa maneira, “as mesmas tarefas que podem ser fonte de prazer, quando tomadas como obrigação de apenas um gênero, contribuem para que o espaço do lar se torne um ambiente de controle masculino, que faz do espaço privado ‘um espaço de tirania, um espaço de privação de direitos’”.⁷⁸

Privação dos direitos civis e políticos que retirava de uma metade do gênero humano a independência necessária para participar, não da gestão de uma comunidade instituída de uma vez por todas sem seu consentimento, mas da própria definição do conteúdo e das regras da vida comum.⁷⁹

No campo do trabalho doméstico remunerado, a questão ganha mais um elemento de complexidade na medida em que a suposta não produtividade do trabalho desenvolvido majoritariamente por mulheres racializadas se traduz em trabalho precarizado, ausência de respeito aos direitos mais básicos e salários baixíssimos. É interessante observar que as próprias trabalhadoras domésticas, longe da ordem do discurso acadêmico, chamaram a atenção para a produtividade de suas tarefas. No movimento político que construíram ao longo do século XX – um movimento sistematicamente invisibilizado, inclusive pela historiografia – destacaram:

Somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham neste país. [...] Fala-se muito que os trabalhadores domésticos não produzem lucro, como se lucro fosse algo que se

76 ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 99.

77 VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-82, 1996. p. 77.

78 Ibidem, p. 61.

79 Ibidem.

expressasse, apenas e tão somente, em forma monetária. Nós produzimos saúde, limpeza, boa alimentação e segurança para milhões de pessoas. Nós, sem termos acesso à instrução e cultura, em muitos e muitos casos, garantimos a educação dos filhos dos patrões.⁸⁰

Considerações finais

No BRASIL, o movimento feminista ligado ao PCB, através de várias frentes e de um ponto de vista multidimensional, levantou uma série de discussões sobre os direitos e a vida prática das mulheres. No que se refere ao emprego doméstico, contribuiu com o debate público colocado pelas próprias trabalhadoras e defendeu direitos trabalhistas para a categoria. No debate, desnaturalizou a ideia de que esse tipo de trabalho era “coisa de mulher” e cobrou do Estado – e, às vezes, dos homens – medidas que as libertasse do “fardo” de um trabalho socialmente desvalorizado. Em suma, considerava fundamental que as atividades domésticas fossem transformadas em coisa pública. Acreditava que a mudança emanciparia tanto as donas de casa que trabalhavam sem salário e reconhecimento quanto as trabalhadoras domésticas assalariadas, condicionadas às precárias condições de trabalho e aos baixíssimos salários.

Aqui não tive condições de explorar as relações – provavelmente tensas e contraditórias – entre o movimento de mulheres comunistas, dirigido por mulheres brancas das camadas médias, e as associações de empregadas domésticas, dirigidas por mulheres negras da própria categoria. Fica o convite para avanços nesse sentido, o que seria fundamental para compreendermos as histórias do mundo do trabalho, da política e dos movimentos feministas. É imprescindível a construção de estudos históricos que deem conta da diversidade epistemológica do mundo, que rompam com o “imenso desperdício da experiência social de que se alimentam todas as formas de pensamento único”. Nesse sentido, é fundamental compreendermos que “muito do que não existe econômica, social, política e culturalmente é ativamente produzido como não existente através de um conjunto articulado de monoculturas de saberes, de tempos, de classificações sociais, de escalas e de produtividade”.⁸¹

De forma geral, a história das mulheres, principalmente quando racializadas, em universos hegemonicamente masculinos/brancos como o da política, ainda é sombreada por monoculturas de saberes. Portanto, segue sendo ativamente produzida como não existente, em que pese o esforço acadêmico e político – especialmente de historiadoras – de ativar essas existências nas narrativas históricas. Como alertado no potente discurso de Chimamanda Ngozi Adichie sobre o “perigo de uma história única: “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar”.⁸²

80 Boletim da Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro, maio de 1987 apud BERNARDINO-COSTA, op. cit., p. 128.

81 SANTOS, op. cit., p. 13-14.

82 ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Versão Kindle.

Sobre as histórias relacionadas ao mundo do trabalho doméstico, romper com a história única significa investigar tanto os processos históricos de precarização da vida e do trabalho das trabalhadoras domésticas quanto a agência das próprias mulheres para romper com essa lógica. É preciso visibilizar como elas próprias têm se movimentado no sentido de romper com a invisibilidade. Afinal, as histórias daquelas que “se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo” certamente têm muito a nos dizer sobre as configurações do mundo.

Recebido em 02/05/2022

Aprovado em 28/10/2022